

Diversidade(s)
Paradigmas, Modelos e Governança

Nuno Oliveira

DIVERSIDADE(S)

PARADIGMAS, MODELOS E GOVERNANÇA



LISBOA, 2020

© Nuno Oliveira, 2020

Nuno Oliveira
Diversidade(s). Paradigmas, Modelos e Governança

Primeira edição: julho de 2020
Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-74-7
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Revisão de texto: Ana Valentim
Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Introdução	1
1 Interseccionalidade categorial	7
2 Sobre superdiversidade	13
3 Culturas conviviais	21
4 Sobre fronteiras	27
5 Sobre regimes de incorporação	33
6 Multiculturalismo. DOA (Death on Arrival)	41
7 Interculturalismo	51
8 A nova escala local	63
9 Interculturalidade, localismo e economia política do espaço	73
Conclusão	103
Referências bibliográficas	109

Introdução

Vivemos num mundo de conexões, de aceleração dos comportamentos e globalizado. Estas três dimensões encontram-se numa relação de interdependência de tal forma que modificações numa delas implica necessariamente transformações em todas as outras. O mundo de interconexões globais provocou mudanças nos modos de regulação política, nos sistemas económicos e reformulou identidades e padrões culturais. A globalização significou aumentos inéditos nos fluxos de capital, nas migrações e deslocações de populações, no transnacionalismo das relações identitárias e facilidade (para alguns, tais como os turistas ou os trabalhadores qualificados da economia simbólica) nas deslocações à distância, tanto físicas como virtuais.

As Nações Unidas estimam que em 2050 o total da população humana possa crescer de 7.7 biliões de pessoas em 2019 para 9.7 biliões em 2050; o que equivale a uma taxa de crescimento de 26% (UN – DESA, 2019). As migrações continuarão a ser uma componente fundamental da transformação das populações em muitos países. Directamente associado a estas encontra-se o ritmo e escala de urbanização. Estima-se que a população urbana do planeta cresça de 4.2 biliões em 2018 para 6.6 biliões em 2050, significando que a maior absorção do crescimento populacional será urbana.

A aceleração trazida pela globalização às práticas e conexões sociais assim como a complexificação dos padrões populacionais levou o antropólogo social Stephen Vertovec (2012: 287) a afirmar que “vivemos na era da diversidade”. Não apenas as modificações estruturais implicavam um tal diagnóstico, como a estas se associaria a emergência e disseminação de discursos sobre a diversidade. É possível constatar-lo nas mais variadas medidas organizacionais, políticas, campanhas, estratégias empresariais, ou nos códigos de conduta das organizações, nas organizações não governamentais e nos discursos activistas. Isar (2006) definiu a ideia de diversidade e os seus múltiplos usos como uma metanarrativa normativa, algo que se impunha publicamente com a necessidade de uma regra social.

Porquê “diversidades” no título deste livro, e não diversidade? Porque pretendo aqui abordar as deslocações conceptuais do termo, mais do que propor uma

lente analítica para estudar um novo fenómeno. Sem pôr de parte que esse novo fenómeno possa de facto existir, devido à complexificação e heterogeneização das sociedades contemporâneas. O termo, tradicionalmente associado à diversidade étnica na sua componente de identificação cultural com um grupo, tem assumido variações que não mais comportam esta linearidade. Entre estas novas reformulações podemos encontrar conceitos como superdiversidade, interseccionalidade, convivialidade, envolvimento habitual, diversidade usual, diferenciação da diversidade, cosmopolitismo vernacular, cosmopolitismo diaspórico, transversalidade quotidiana (Vertovec, 2007; Anthias, 2013; Gilroy, 2005; Amin, 2002; Wessendorf, 2013; Bennett, 2001; Smith e Guarnizo, 1998; Glick Schiller, 2012; Wise, 2007), todas elas apontando para uma des-essencialização da etnicidade, e em última análise, da identidade, mas fazendo-o partindo de ângulos analíticos diferenciados.¹

O outro aspeto relacionado com a escolha do termo “diversidades” é a preferência declarada que sobre este recai em relação ao tradicional “eticidades”. Com efeito, no processo de desconstrução do conceito de etnicidade pesou a retirada do seu estatuto privilegiado como variável explicativa, típico das análises dos anos 1970, e que podemos encontrar em autores como Rex (1986), Banton (1983) ou Glazer e Moynihan (1975). A posição atual, estribada num construcionismo social por vezes de matizes radicais, propõe ver a etnicidade como uma construção social, contingente e diferentemente apropriável consoante os contextos (Fox e Jones, 2013). Deste modo, comum nas abordagens recentes, encontramos o diagnóstico segundo o qual devemos rejeitar conceções de etnicidade que assumam uma sua natureza fixa, essencializada, que podem ser escrutinadas na imaginação popular, assim como no discurso público, que importaria desconstruir.

Em certa medida este diagnóstico parece convergir com o enunciado pelo discurso político em formulações oficiais tão diversas quanto interculturalidade, diálogo, comunicação, etc. Forçoso é constatar que pouca gente se atreveria a sugerir uma qualquer natureza essencializada da etnicidade sem ter como possibilidade a imediata reação por parte da leitura construcionista. Todavia, e aí vale observar o paradoxo, os grupos, representados como tal, continuam com alguma frequência a reivindicar uma tal fixidez (Oliveira, 2018, 2015; Gill-White, 2001).

Para compreender um tal desenvolvimento precisamos de entender o que estes autores querem evidenciar com esta desvinculação. No caso da superdiversidade, Vertovec (2007) afirma que não se trata de uma mutação quantitativa, expressa em mais grupos étnicos que em virtude da expansão das redes migratórias e da sua globalização fossem introduzindo maior diversidade, no sentido clássico do termo, nos países de destino. Superdiversidade está acima da diversidade, e é portanto um fenómeno qualitativamente diferente. O prefixo *super* serve aqui para assinalar que a organização social da diferença se tornou mais complexa e, nesse sentido, o reflexo de uma tal complexificação é a multiplicação de inserções sociais.

1 Gostaria de agradecer ao revisor anónimo pelos seus comentários e sugestões que por diversas vezes ajudaram a repensar algumas assunções e proposições deste livro. Estendo estes agradecimentos ao excelente trabalho realizado pela equipa de edição e revisão de texto da *Mundos Sociais*.

O que em termos do fenómeno migratório (que é verdadeiramente o que interessa no quadro da superdiversidade) significa que as pessoas não pertencem apenas a grupos étnicos distintos, mas que existem variações dentro destes, tais como o estatuto legal, o género, a classe, o contexto urbano, etc., que refratam as pertenças. Teremos oportunidade de escarpelizar o tema no capítulo 3.

Em paralelo, um outro fator salientado na presença obstinada da etnicidade na pesquisa sobre imigração é a sua sustentação num persistente nacionalismo metodológico. A crítica a este último provém dos mais diversos setores das ciências sociais e não coincide necessariamente com os estudos étnicos. No caso de Ulrich Beck, a substituição do Estado-nação como unidade analítica para os fenómenos sociais é uma necessidade epistemológica. Perante a *cosmopolitização da realidade*, Beck propõe relegar o nacionalismo metodológico para o *caixote do lixo* da teoria, recomendando ao invés um programa de pesquisa cosmopolita para as ciências sociais (Beck, 2006), ou seja, renegar a ideia de que a sociedade coincide com os limites do Estado-nação e a conceção territorial de cultura decorrente desta, procurando antes interpretar as relações de interdependência de escopo global. Repegando nesta ideia, mas partindo do campo dos estudos de diáspora e transnacionais, autores como Glick Schiller *et al.* (2006), Wimmer (2004) ou Brettell e Sargent (2006) têm criticado a relação necessária que se estabelece entre ações dos imigrantes e categorias identitárias de natureza étnica ou nacional.

Existem dois aspetos intimamente ligados a esta problematização da etnicidade-identidade-cultura. Primeiro, um aspeto de natureza teórica: a des-substancialização da cultura e seus correlatos, tais como identidade e etnicidade. Segundo, uma mutação na escala de observação do fenómeno migratório. A superação do nacional pelo local que acompanha a superação da “lente” étnica, parafraseando Glick Schiller *et al.* (2006). Nas secções seguintes analisaremos aquelas que se afiguram ser as principais abordagens dentro do movimento de superação da “lente” étnica, a saber, a interseccionalidade, a superdiversidade, a convivialidade. Qualquer destas questiona a pertença a categorias únicas de identidade e propõe equacionar essa mesma pertença tendo sobretudo em conta os processos de negociação, reconhecimento e acomodação cultural em contexto de exponencial diversificação da diversidade. As três abordagens referidas, situam-se preferencialmente a um nível analítico micro. A um nível meso e macro, a mesma intenção de desconstruir a etnicidade através da consideração de fatores não-étnicos pode ser encontrada. Embora usando ainda os termos herdados do património teórico das relações étnicas e raciais, a ênfase é deslocada dos fatores culturais ou fenotípicos que singularizam um determinado grupo — a identidade étnico-racial — para as formas diferenciadas como as pessoas mobilizam critérios de avaliação que categorizam os grupos de acordo com atributos alternativos (morais, de dignidade, de esforço, etc.).

As versões macro contemporâneas que quanto a nós se afiguram mais consequentes são a teoria das fronteiras e dos regimes de incorporação. Por conseguinte, dedicamos o capítulo 5 e 6 à teoria das fronteiras de Wimmer e Lammont e à teoria dos regimes de incorporação, esta já com um lastro considerável, mas cujos desenvolvimentos recentes deixam entrever a crítica aos designados modelos

nacionais de incorporação da diversidade cultural, tais como o multiculturalismo e o interculturalismo.

Consequentemente, nos dois capítulos seguintes, debruçar-nos-emos sobre estes dois regimes paradigmáticos de incorporação da diversidade cultural: o multiculturalismo e, no processo da sua superação atual, o interculturalismo. Estreitamente associada a esta transição, argumentamos, está a centralidade da escala local para os processos de acomodação da diversidade, com o privilegiar, teórico e político, dos espaços urbanos locais. Apesar da crescente politização da imigração, das reações hostis de extrema-direita e dos entrincheiramentos nos valores nacionais, é assinalável a abertura das cidades à diversidade cultural originada pela imigração e a incorporação desta nas estratégias de desenvolvimento urbano. Uma tal discordância reveste-se por si só de interesse analítico já que aponta para a descoincidência entre os níveis nacionais e locais de integração dos imigrantes. Descoincidência progressivamente notada (Wessendorf, 2013; Vertovec, 1996; Berg e Singona, 2015) que aponta para a crescente importância dos espaços urbanos como contextos sociais privilegiados de tais processos. Como diz Amin (2002), é ao nível local que a negociação da diferença ocorre, mesmo que subsistam estruturas nacionais racializadas. Todavia, grande parte desta literatura sempre assumiu que negociações e encontros fazem parte de interações quotidianas de natureza local cujos ajustamentos se processam pelo voluntarismo dos seus atuantes, tendo prestado pouca atenção aos mecanismos e estratégias de governança urbana que as enformam.

Dedicamos por isso um capítulo a analisar as novas formas de conjugação entre diversidade migratória e desenvolvimento urbano, salientando a importância estratégica que as primeiras têm assumido nas agendas das cidades globalizadas. Ao nível teórico, comentamos aquilo que se afigura constituir o eixo escalar de todas estas interrogações, ou seja, a transição das abordagens nacionais para o local como dimensão ideal da observação e compreensão destas novas dinâmicas. Finalmente, e numa descida da abstração teórica ao conhecimento local, analisamos os alicerces do modelo intercultural como ele é praticado dentro das políticas culturais das cidades. Discutimos algumas das iniciativas que nos surgem como relevantes no sentido de lançar luz às novas práticas de diversidade e procuramos mostrar que são indissociáveis dos modelos de governança urbanos coetâneos. Colocamos uma especial ênfase na interligação que se estabeleceu entre interculturalismo como modelo preferencial de acomodação da diversidade e uma economia política do espaço que obedece aos critérios inovadores da cidade criativa, da economia simbólica e da turistificação dos espaços. Para o ilustrar servimo-nos dos casos de Lisboa e Buenos Aires e das suas políticas culturais. Será no capítulo 11 que propomos uma maior imersão na empiria, através da descrição de algumas das mais relevantes dinâmicas culturais no centro de Lisboa e de Buenos Aires. O facto de a sua diversidade estar a ser utilizada como material simbólico para a reconstrução da sua identidade segundo parâmetros específicos que analisaremos permite relevar as estratégias de uma panóplia de atores que concorrem para esta finalidade. Este capítulo deve, por conseguinte, ser lido autonomamente, uma vez que engloba as reflexões sobre economia política do espaço que dão respaldo aos estudos de caso.

Duas precisões devem ser feitas desde o início. Primeiro, este livro não se integra naquilo que comumente designamos por campo da sociologia das migrações. Embora as migrações sejam um dos fenómenos centrais na panóplia de assuntos aqui abordados, elas não esgotam de maneira nenhuma a problemática da diversidade. Segundo, não se confina às leituras que privilegiam os lugares estruturais ocupados pela raça ou etnia, muito embora, de forma similar, a elas façamos referência. Não significa que sejam fenómenos de somenos, ou sequer epifenomenais. Porque não o são. Como prova abundantemente o homicídio de George Floyd nos Estados Unidos da América e a comoção social gerada em todo o mundo, raça, desigualdade racial, ou a violência em torno da mesma, mantêm-se operativas e definidoras das opções e destinos sociais. Significa apenas que estas são temáticas já amplamente tratadas no panorama das ciências sociais em Portugal, e aqui pretendeu-se que o enfoque fosse em tópicos, na modesta opinião do autor, pouco afloradas no âmbito académico nacional.

Em rigor, podemos afirmar que nos situamos no campo dos estudos sobre diversidade, não cobrindo contudo todos os fatores que com este se associam, como seja toda uma panóplia de categorias tais como orientação sexual, idade, religião, raça, *status*, entre outras.² A diversidade emerge, no entanto, como o programa comum às várias abordagens aqui cotejadas.

Um outro aspeto que importa clarificar prende-se com a pretensão do próprio livro. Duas coisas devem ser excluídas à partida: não pretendemos fazer teoria seguindo o modelo canónico dos programas de investigação, com um quadro teórico, teste de hipóteses e discussão de resultados; nem tão-pouco fazer uma discussão aprofundada de um determinado tema à maneira das teses de doutoramento de carácter mais analítico. Nesse sentido, a organização do presente texto é mais temática do que sequencial, não se pretendendo que exista uma relação direta e proposicional entre as teorias cotejadas na primeira parte, e a segunda, que constitui, de certo modo, uma secção mais empírica.

O nosso intuito é essencialmente expositivo. Mas como um texto expositivo não se furta a estabelecer conexões lógicas e a debatê-las, ele não é meramente descritivo. O facto de finalizarmos com um estudo de caso, retirando algumas ilações de uma das teses aqui apresentadas devidamente ilustrada pelo trabalho de terreno, não significa que pretendamos extrair uma tese generalizadora. Procura-se, mais circunscritamente, iluminar alguns desenvolvimentos atuais no campo da diversidade com implicações diretas para as suas modalidades de reconhecimento e formas práticas em cenários urbanos.

O livro percorre assim um conjunto de abordagens, visões e práticas que se revestem de interesse para quem queira pensar os movimentos transnacionais, as diásporas e as migrações além do étnico e da sua “prisão” identitária. Cada capítulo, com a exceção dos estudos de caso no final, termina com um apontamento crítico que ajuda a balizar determinadas linhas de investigação por relação às

2 Um bom exemplo de uma obra que pretende ter essa abrangência é o *Routledge International Handbook of Diversity Studies* editado por Vertovec em 2015.

restantes. Ao salientar a variedade de leituras que se encontram sob o chapéu conceptual “diversidade” pretendemos sinalizar que esta não é mais pensável consoante a relação estável e unívoca cultura-identidade-étnico. Iniciamos por isso esta investigação com a interseccionalidade, uma vez que se trata do quadro de pensamento que, em nossa opinião, mais desafia esta pretensa estabilidade.